



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)

CURSO DE JORNALISMO

RELATÓRIO TÉCNICO
(de Trabalho de Conclusão de Curso)

INFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO NO NORDESTE

ORIENTADOR: Prof. Regis Cavalcante

ALUNO: Lucas Cavalcanti Maia

Maceió, 05 de março de 2024

INFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO NO NORDESTE

Relatório de Trabalho de Conclusão de Curso (modalidade projeto experimental) apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Jornalismo.

Orientador (a): Prof. Régis Cavalcanti

Maceió, 05 de março de 2024

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4 - 661

M217i Maia, Lucas Cavalcanti.
Informação e desinformação no Nordeste / Lucas Cavalcanti Maia. – 2024.
51 f. : il.

Orientador: Regis Cavalcante.
Relatório técnico(Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Curso de Jornalismo. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 20-21.
Apêndices: f. 22-51.

1. Fact-checking. 2. Fatos (Jornalismo). 3. Desinformação. 4. Nordeste, Brasil – Notícias falsas. I. Título.

CDU: 070(812/813)

RESUMO

Este relatório sumariza o processo de produção da coluna Nordeste Sem Fake, que foi desenvolvida como um projeto experimental e se tornou um produto jornalístico da Agência Tatu, sendo disseminado em sua newsletter semanal. O objetivo da coluna é promover educação midiática sobre desinformação, além de divulgar e promover o trabalho jornalístico que combate a desinformação que circula no Nordeste ou atinge sua população. O aumento algorítmico e exponencial de informações falsas constitui-se numa ameaça grave ao direito à informação e tem sido usado como arma política para manipulação da opinião pública. Além disso, a idoneidade do trabalho jornalístico é colocada em xeque diante do caos gerado pela desinformação, uma vez que muitos dos agentes da desinformação divulgam e disseminam seus conteúdos falsos ou tendenciosos como se fossem notícias, ignorando as etapas do processo de apuração de notícias dentro da visão da ética e da técnica do trabalho do jornalista. Faz-se necessário, portanto, combater, por meio da informação, essas práticas danosas à sociedade de maneira geral e o fazer jornalístico de maneira mais específica. Utilizo como referência os trabalhos de Mello (2019) Brizola e Bezerra (2018) e Jorge (2021), entre outros, para conceituar desinformação e contextualizar esse cenário caótico no universo das mídias digitais.

PALAVRAS-CHAVES: fact-checking; desinformação; Nordeste Sem Fake

ABSTRACT

This report summarizes the production process of the Nordeste Sem Fake column, which was developed as an experimental project and became a journalistic product of Agência Tatu, being disseminated in its weekly newsletter. The objective of the column is to promote media education about misinformation, in addition to disseminating and promoting journalistic work that combats disinformation that circulates in the Northeast or affects its population. The algorithmic and exponential increase in false information constitutes a serious threat to the right to information and has been used as a political weapon to manipulate public opinion. Furthermore, the suitability of journalistic work is called into question in the face of the chaos generated by disinformation, since many agents of disinformation publish and disseminate their false or biased content as if it were news, ignoring the stages of the news gathering process within the view of the ethics and technique of the journalist's work. It is therefore necessary to combat, through information, these practices that are harmful to society in general and journalistic activities more specifically. I use as a reference the works of Mello (2019), Brizola and Bezerra (2018) and Jorge (2021), among others, to conceptualize disinformation and contextualize this chaotic scenario in the universe of digital media.

KEYWORDS: fact-checking, misinformation, Nordeste Sem Fake

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Objetivos.....	13
Fundamentação teórica.....	14
Processo de produção jornalística do trabalho.....	18
Considerações finais.....	20
Referências.....	21
Apêndices.....	23

INTRODUÇÃO

Neste trabalho experimental foram produzidas 15 edições de um boletim digital semanal para falar sobre desinformação por meio de uma coluna batizada de “Nordeste Sem Fake” que foi integrada à *newsletter* da Agência Tatu, se tornando um produto permanente. Antes mesmo da coluna eu já integrava o time da Agência Tatu como diretor de tecnologia e coordenador da editoria de checagem de fatos da agência, focada em produzir matérias de checagem de fatos, com uma atenção especial para os textos, imagens e vídeos que circulam online na e sobre a região Nordeste.

Entendo que a desinformação política é um problema grave que vem contaminando o debate público no Brasil e no mundo. A população está cada vez mais dividida e o nível da discussão está cada vez mais baixo. A desinformação, muitas vezes chamada de *fake news*, está sendo usada como arma política por atores de diversos espectros ideológicos e isso tem afetado a segurança da democracia no país.

Inicialmente, é importante conceituar *fake news*, para utilizar as palavras dos autores Paula, Silva e Blanco (2018, p. 93):

fake news, ou, em português, notícias falsas, são informações noticiosas que buscam alertar o público para alguma situação ou retratar um ponto de vista de um acontecimento. Entretanto, como se pode deduzir pelo nome, possui parte ou todo seu conteúdo composto de *informações inverídicas*. O termo alcançou popularidade no ano de 2016, nas disputas eleitorais para o cargo de presidente dos Estados Unidos da América (EUA), que tinha entre os candidatos Donald Trump e Hillary Clinton. Com apoio de diversos sites e das redes sociais, ambos os candidatos puderam alimentar as notícias com rumores que não coincidiam com a verdade e retratavam o adversário como um indivíduo inadequado para o cargo. O final das eleições americanas nesta conjuntura é conhecido. Donald Trump venceu as eleições e a expressão *fake news* ganhou ainda mais evidência.

O problema é grave e pode ter consequências desastrosas, espalha-se especialmente nas redes sociais, já foi reconhecido e combatê-lo tem sido a tarefa

adotada pelas mais diversas plataformas de informação e comunicação na internet, mas o esforço é claramente insuficiente para conter os boatos.

Existem verdadeiras fábricas de construção de *fake news*, rumores e histórias, que a população acaba por compartilhar sem verificar a veracidade. Isso é problemático porque a desinformação pode levar as pessoas a tomar decisões erradas, baseadas em informações falsas, gerando graves problemas sociais para a própria população. Recentemente, o problema da desinformação nas redes sociais agravou-se, devido ao uso político dessas notícias falsas tanto por grupos políticos quanto pelas agências conhecidas como *Big Data*, que têm acesso tanto aos dados do público a ser atingido por essas notícias, quanto conhecimento do perfil desse público, criando notícias feitas sob medida de acordo com o perfil socioeconômico, etário, além da preferência política e cultural dessas pessoas.

Gostaria, no entanto, de fazer uma ressalva ao termo *fake news*. Embora, ele tenha se popularizado e entrado para a lista de vocábulos comuns, inclusive em língua portuguesa, prefiro utilizar o termo desinformação, pois, em meu entender, *fake news* remete à falsidade jornalística por conta do uso da palavra notícias que, como sabemos, são um produto jornalístico elaborado a partir de fatos, que devem ser tratados, apurados e checados previamente. Como sabemos, as *fake news* não são trabalho jornalístico e, de maneira geral, também não são distribuídas por veículos de notícias, assim não podem ser consideradas notícias, mas boatos e factoides criados e transmitidos com finalidades escusas que não se confundem com o trabalho produzido pela atividade jornalística. Por esta razão, preferimos utilizar o termo desinformação, ainda que, eventualmente, seja possível fazer uso do termo anglófono para se fazer entender e comunicar melhor com o leitor.

Um dos primeiros e maiores escândalos envolvendo a disseminação de desinformação massiva através da internet se deu durante as eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, quando a empresa *Cambridge Analytica* conseguiu interferir e manipular o eleitorado daquele país por meio de mensagens com conteúdo falso disparadas através de diversas redes sociais, especialmente o Facebook. Conforme discutem Brisola e Bezerra (2018, p. 3317):

O fenômeno de circulação de notícias falsas (*fake news*) na rede mundial de computadores tem motivado muitas discussões, matérias jornalísticas e trabalhos acadêmicos, especialmente nas áreas de Comunicação e Informação. A eleição de Donald Trump nos EUA, a

saída do Reino Unido da União Europeia e o escândalo envolvendo o Facebook e a Cambridge Analytica (empresa que atuou nas duas campanhas anteriormente citadas, bem como em outras eleições pelo mundo) incendiaram o debate internacional; no Congresso Brasileiro, o assunto fomentou a proposição de diversos Projetos de Lei que, na maioria dos casos, têm como objetivo a tipificação criminal dos atos de criação, divulgação, compartilhamento, publicação ou transmissão de informações falsas pela rede.

O perigo da desinformação não é somente político, mas pode afetar a segurança e a saúde da população. Durante a pandemia do coronavírus, por exemplo, muitas mensagens com informações falsas sobre o vírus e o tratamento fizeram com que as pessoas se baseassem nesses factoides para tomar decisões sobre o que fazer. A desinformação nas redes sociais é um problema sério. É preciso aprender a verificar as informações antes de compartilhá-las. Além disso, as redes sociais precisam fazer mais para combater a disseminação de conteúdo falso.

A disseminação de boatos e conteúdo enganoso sobre a vacina contra a Covid-19 prejudicou a cobertura vacinal no Brasil e levou à morte milhares de pessoas que duvidavam da eficácia da vacina e até acreditavam que efeitos colaterais fantasiosos e bizarros poderiam decorrer da imunização. À época, as autoridades competentes pouco fizeram para combater essas notícias, pelo contrário, algumas delas até disseminaram falsidades que levaram a população à confusão e a decisões perigosas e errôneas.

A desinformação é muitas vezes vista como fato, dada a suposta credibilidade dos emissores, que se aproveitam intencionalmente da autoridade para disseminar mensagens que lhes possam ser favoráveis, como é o caso de empresas e grupos políticos que tendem a se beneficiar dos resultados dessa desinformação. Conforme apontou Baudrillard:

Quando a informação se confunde com sua fonte, com o acontecimento (virtual), produz-se, como para as ondas sonoras, uma microfonia, um efeito gigantesco de confusão e incerteza. Quando a demanda de acontecimentos é máxima (...), produz-se um efeito de hipersensibilidade às condições iniciais, um efeito de ressonância e turbulência incontrolável (BAUDRILLARD, 1993, p.150).

A coluna Nordeste Sem Fake surgiu da necessidade de abordar este problema em mais uma frente, a Newsletter da Tatu, fazendo uma curadoria de diversos trabalhos de agências especializadas, noticiando discussões relevantes e conversando com jornalistas e pesquisadores ligados à área para mostrar como a desinformação está afetando a percepção das pessoas sobre a realidade e distorcendo o modo como as

peças lidam com as próprias decisões e com as decisões que afetam a coletividade. Distorções dos fatos que podem ser muito danosas não somente para o presente, mas para o futuro e para a própria memória histórica no Brasil e no mundo.

Um dos objetivos para a criação da coluna foi, e continua sendo, abordar os principais casos de desinformação que se relacionem com o Nordeste e como eles afetam a população. Buscou-se também apresentar soluções para este problema e incentivar as pessoas a se informarem de forma correta, dando destaque para as diversas iniciativas de checagem de fatos que existem no país, além de divulgar as checagens realizadas pela própria Agência Tatu.

Desta forma, a primeira edição do Nordeste Sem Fake foi publicada em 22 de agosto de 2023, trazendo ao público a apresentação da coluna e explicitando aos leitores os objetivos almejados com essa iniciativa.¹

A coluna que começou como um trabalho experimental consolidou-se como um produto permanente da Agência Tatu, chegando a alcançar um público crescente superior a 450 assinantes e mais de 900 visualizações mensais, sendo que esses números tendem a crescer e se disseminar via compartilhamento direto através do e-mail de cada assinante. Assim, o alcance amplia-se, paulatinamente, e consegue auxiliar os leitores no sentido de compartilhar informações seguras e checadas, combatendo a disseminação de informações falsas e socialmente danosas.

A escolha desse tema para meu Trabalho de Conclusão de Curso deu-se devido ao meu interesse no assunto e por já ter contribuído com algumas iniciativas de checagem de fatos, além de ser movido pelo desejo em me aprofundar em discussões que se relacionam ao fazer jornalístico e em sua relação com os desdobramentos políticos que derivam dele. Aliando informações ligadas ao contexto social do Nordeste, a região do país com o maior número de desertos de notícias e que, potencialmente, está menos preparada para lidar com a desinformação *online*. A intenção ao criar a coluna para a newsletter semanal discutindo as histórias falsas que circularam no período foi a de, mostrando os fatos e esclarecendo os caminhos da apuração, deixar claro que é possível, a qualquer pessoa, verificar o conteúdo e evitar cair nesse tipo de cilada informacional. Dessa maneira, cumpre-se um dos mais nobres objetivos do jornalismo: fornecer informações confiáveis e checadas para que a população possa formar opiniões

1 C.f. <https://www.agenciatatu.com.br/noticia/nordeste-sem-fake/>

próprias com base em fatos verdadeiros e concretos, atuando socialmente de maneira verdadeiramente esclarecida.

OBJETIVOS

GERAL: construção de newsletter semanal mostrando quais foram as mensagens com desinformação que mais circularam durante a semana, oferecendo as ferramentas para que o leitor compreenda como verificar esse tipo de conteúdo e chegar aos fatos por conta própria.

ESPECÍFICOS:

- Realizar pesquisa bibliográfica sobre o tema;
- Pesquisar experiências de checagem de fatos no Brasil;
- Investigar a origem de conteúdo desinformativo;
- Realizar estudos sobre a evolução das *fake news* no Brasil e no mundo;
- Coletar e apurar a veracidade de informações potencialmente falsas que circulam no Nordeste por meio das redes sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As *fakes news*, que são mais corretamente denominadas de desinformação, são uma ameaça à democracia e às sociedades modernas. Elas são criadas com o propósito de enganar as pessoas e manipular o debate público. Elas podem ter consequências graves, como influenciar eleições e causar sérios danos à saúde e segurança das pessoas, como ficou demonstrado durante a pandemia da Covid-19.

Nesse cenário, o jornalismo profissional é fundamental como um porto seguro de informações apuradas e confiáveis. Para a jornalista Patrícia Campos Mello em *A Máquina do Ódio*, a desinformação atingiu níveis que permitem que se chame de infodemia, já que informações falsas sobre saúde pública podem colocar em risco a segurança sanitária de toda a população.

É muito fácil ficar perdido em meio à avalanche de informação e desinformação. Centenas de estudos publicados demonstrando a eficácia desta ou daquela droga, correntes de fake news pelas redes sociais recomendando métodos esdrúxulos de combate ao vírus, autoridades tentando esconder dados que prejudicam sua imagem, governantes que sugerem às pessoas que injetem desinfetante, que dizem que a doença é uma gripezinha e que não é necessário praticar o distanciamento social. A epidemia evidenciou a importância de jornalistas profissionais que produzem notícias fundamentadas. Em um momento em que informações corretas salvam vidas, as pessoas começaram a desconfiar mais das “tias” do WhatsApp e dos malucos do Twitter, governantes aí incluídos. Jornalistas não se limitam a colher informações; eles também ajudam a distinguir o que é verdade do que é mentira, o que é importante do que não é. A curadoria da informação ganhou relevância. (MELLO, p.187)

É evidente que as produções jornalísticas capazes de informar diretrizes sérias que ajudaram a proteger a população e conter a disseminação de doenças se mostraram fundamentais durante a pandemia do novo coronavírus.

Em um cenário de ataques à democracia e de desrespeito às instituições democráticas, acredito que tratar do tema da desinformação com seriedade se mostra uma tarefa urgente e necessária.

O conceito de desinformação, entretanto, é bem mais antigo que o advento das redes sociais que possibilitaram um meio extremamente ágil em um ambiente em que a legislação, em especial a brasileira, ainda não oferece regulação suficientemente eficaz para conter o avanço e os danos dessa prática. Como pontua Thaís Jorge (2023, p.20):

De maneira geral, todo mundo sabe o que é desinformar: é o oposto de informar. No entanto, as nuances desta forma verbal são multifacetadas. Desinformar pode ser não informar; informar erroneamente, com um conteúdo distorcido; causar dúvida no consumidor, provocando confusão. Assim, a desinformação é um conceito guarda-chuva, que abarca outros subconceitos dentro dele. Falsidade, falsificação; mentira, inverdade, não-verdade e pós-verdade; engano, distorção, informação errada ou maliciosa; conteúdo fabricado, impostor, exagerado, descontextualizado, provocativo; manipulação de conteúdo. A lista dos termos associados à desinformação se estende a cada dia, chegando já a definir alguns gêneros: sátira, paródia, meme, click-bait.

Como se pode perceber pela descrição oferecida por Jorge, dentro do universo da fabricação e falseamento de fatos, há inúmeros subprodutos e subconceitos no âmbito do conceito de desinformação, criando, divulgando e ampliando o alcance das ameaças à informação confiável que deveria chegar ao leitor/cidadão. Ainda de acordo com Becker e Goés (2020):

No trabalho sobre este tema que produziram para o Conselho Europeu, intitulado Relatório Desordem Informacional: em direção a um marco interdisciplinar para a pesquisa e a elaboração de políticas, Wardle e Derakshan(2017)preferem não utilizar a expressão fakenews. Os autores argumentam que estas palavras são inadequadas para descrever o fenômeno de “poluição informacional” que caracteriza o mundo moderno em rede e crescentemente polarizado e ainda foram “apropriadas” por políticos, em diferentes países, para descreverem organizações de mídia cujas coberturas jornalísticas lhes são desfavoráveis (Idem).Eles estabelecem três categorias para analisar a desordem informacional, valendo-se dos termos, em inglês, “mis”, “dis”e “bad-information”. A primeira categoria diz respeito a uma informação falsa compartilhada, mas que não causa dano; a segunda corresponde a uma informação deliberadamente falsa com o objetivo de causar algum prejuízo a alguém (pessoa, grupo ou instituição); e a terceira categoria indica a má informação, uma notícia compartilhada para tornar públicas informações que foram produzidas para permanecerem na esfera privada.

Conforme temos presenciado no Brasil, esses conteúdos, técnicas e conceitos não surgem, geralmente de maneira aleatória e despropositada, mas utilizam do algoritmo e dos compartilhamentos e engajamento para alcançar objetivos estratégicos e fundar narrativas, geralmente, escusas e maliciosas e, como dito anteriormente, uma vez disparados, esses mecanismos tendem a funcionar impulsionados pela curiosidade e alarmismo, instigados pelos sensacionalismos e suas consequências são difíceis de prever, parar e sanar posteriormente. Como nos afiança Patrícia Campos Mello:

Uma vez “impulsionada”, a narrativa é então propagada naturalmente pelas redes orgânicas, que são as pessoas de carne e osso que acreditam naquilo que está sendo veiculado. Os americanos chamam isso de firehosing, derivado de fire hose, mangueira de incêndio — trata-se da disseminação de uma informação, que pode ser mentirosa, em um fluxo constante, repetitivo, rápido e em larga escala. As pessoas são bombardeadas de todos os lados por uma notícia — sites de notícias, grupos de WhatsApp, Facebook, Instagram — e essa repetição lhes confere a sensação de familiaridade com determinada mensagem. A familiaridade, por sua vez, leva o sujeito a aceitar certos conteúdos como verdadeiros. Muitas vezes, esse será o primeiro contato que ele terá com determinada notícia — e essa primeira impressão é muito difícil de desfazer

A legislação brasileira busca ainda mecanismos que tratem diretamente da criação e proliferação de *fake news*, caminho no qual ainda estamos adentrado muito inicialmente. Por esse motivo, o próprio STF publicou um e-book que reúne uma série de artigos sobre o tema e que versam a respeito da relação entre disseminação de dados e fatos falsos ou falseados e a justiça brasileira, do qual Thaís Jorge foi a organizadora, no ano de 2023. No entanto, a prática pode ser tipificada e enquadrada de diversas maneiras na letra da lei, calúnia, difamação, incitação à violência, crime contra honra etc.

Porém, apesar da importância de identificar tais atos e punir seus autores, precisamos pensar a questão da segurança informacional como referente também à educação do público leitor que na era digital é também replicador/disseminador de conteúdos, uma vez que, por meio do compartilhamento, os conteúdos podem viralizar com uma velocidade impressionante e promover danos sociais de maneira rápida e irreversível, pois, não é com a mesma facilidade que conteúdos educativos e reparadores se multiplicam. Isso porque,

educação midiática requer questionamento ativo e pensamento crítico a respeito das mensagens que criamos e recebemos; é uma conceituação expandida de alfabetização; desenvolve competências para aprendizes de todas as idades e requer uma prática integrada, interativa e repetida; seu propósito é desenvolver participantes informados, reflexivos e engajados, essenciais para uma sociedade democrática; as mídias são vistas como parte da cultura e funcionam como agentes de socialização; e as pessoas usam suas competências, crenças e experiências para produzir sentidos para as mensagens das mídias (HOBBS; JENSEN, 2009, p.7).

A citação acima encontra-se ligada ao meu objetivo principal ao dar início à coluna, já que compreendo que não somente a percepção das pessoas e, conseqüentemente, suas interpretações da realidade e tomadas de decisões encontram-se ameaçadas, mas também, essas práticas criminosas atingem a própria credibilidade do fazer jornalístico.

Assim, diante do cenário caótico em que narrativas verdadeiras e falsas surgem, se misturam e se disseminam, em especial no clima terrível de vale-tudo que tem tomado conta do Brasil, desejando contribuir com o esclarecimento e a confiabilidade das notícias, garantindo a checagem de suas fontes e respeitando todos os processos éticos que envolvem o fazer jornalístico, resolvi propor a coluna Nordeste Sem Fake, pois de acordo com Zattar (2017):

Ter acesso às fontes de informações é uma tarefa diária e essencial na atualidade. Contudo, não basta que se tenha acesso a qualquer tipo de informação, pois é necessário qualidade, relevância e veracidade nos mais diferentes contextos, de forma que sejam evitadas desinformações e notícias falsas nas bolhas informacionais em que somos inseridos.

Sem dúvida, o *fact-checking*, apesar de obviamente ser ferramenta obrigatória para qualquer trabalho ético envolvendo a comunicação e a informação, tornou-se fundamental nesses últimos tempos em que as notícias estão sob ameaça junto com a credibilidade das mídias e a autonomia dos leitores/cidadãos.

A produção da coluna buscou fazer leituras concisas e informativas a respeito dos debates que existem em torno do tema, assim como dar visibilidade ao trabalho de checagem de fatos feito tanto pela própria Agência Tatu, quanto por outros veículos de comunicação.

PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DO TRABALHO

Ao fazer uma checagem de fatos, a Agência Tatu sempre segue os seguintes passos: Consulta às fontes citadas no conteúdo divulgado (caso existam); Busca por fontes confiáveis na área que se relaciona ao conteúdo divulgado; Consulta a fontes oficiais ou especialistas no tema que confirmem ou neguem aquilo que foi divulgado; Análise objetiva de dados que contrariem ou corroborem o conteúdo publicado; Contextualização para a fácil compreensão do leitor; Atribuição do selo de Verdadeiro, Impreciso, Insustentável ou Falso; Envio ao editor ou revisor; Publicação em formato de matéria explicativa, sempre com links para a origem das informações, notas ou explicações de especialistas.

Além disso, para produzir as checagens de fatos, a Agência Tatu se baseia nos princípios de *fact-checking* internacionalmente reconhecidos pela comunidade jornalística e que foram compilados pela *International Fact-Checking Network*. Sendo estes:

- Comprometimento com a transparência das fontes - Queremos que os leitores consigam ser capazes de verificar os fatos por eles mesmos. Damos publicidade a todos os detalhes necessários para que o leitor seja capaz de replicar nosso trabalho por conta própria, com exceção aos casos em que a segurança da fonte possa ser comprometida. Nesses casos, informamos todos os detalhes possíveis.
- Transparência da metodologia - Divulgamos também a metodologia utilizada para a realização de nossas checagens, muitas vezes no próprio texto da checagem.
- Correções honestas - A apuração rigorosa é fundamental em todo trabalho jornalístico e sempre esperamos não cometer erros. No entanto, caso um erro aconteça, nós deixaremos o leitor informado sobre o erro de apuração e suas causas ao atualizar o material com as informações corretas.
- Equilíbrio na abordagem dos temas - Utilizamos os mesmos padrões jornalísticos para qualquer fato checado. Deixamos as evidências guiarem as conclusões.

Importante ressaltar que a editoria Nordeste Sem Fake (<https://www.agenciatatu.com.br/assunto/nordeste-sem-fake/>) surgiu em agosto do ano passado, ainda a tempo de fazer verificações de fatos sobre as eleições gerais.

A coluna na *newsletter* surge da necessidade de comunicar melhor as checagens de fatos produzidas em nosso site e fazer com que elas cheguem a mais lugares, além de permitir mais liberdade narrativa. Com isso temos mais um espaço para, além de divulgar os trabalhos de checagem feitos pela Tatu, também promover educação midiática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos pilares do trabalho jornalístico é o compromisso com a transparência da informação que deve passar pelos processos de apuração e checagem da veracidade dos fatos, buscando sempre a objetividade, relegando ao público a oportunidade de julgar, de acordo com seus próprios valores.

No contexto da pandemia e da situação política do Brasil nos últimos anos, a produção de desinformação e a disseminação de fatos enganosos aumentou consideravelmente, sendo utilizada, inclusive, como arma política para manipular a opinião pública em benefício de determinados grupos.

A importância deste trabalho está justificada pela necessidade de combater essas práticas danosas e, ao mesmo tempo, promover uma conscientização e educação dos leitores no sentido de buscar fontes de informação confiáveis e evitar o compartilhamento de conteúdo falso. Assim nasceu a coluna “Nordeste Sem Fake”, com objetivo de disseminar conteúdo jornalístico e combater a desinformação.

Ao idealizar a coluna e produzir conteúdo de checagem de fatos, foi possível colocar em prática o que foi aprendido durante a graduação de jornalismo e, ao mesmo tempo, realizar além de um serviço de utilidade pública, uma reflexão sobre os fundamentos éticos que movem este profissional e sobre a importância desta profissão para a sociedade.

O exercício de escrita deste relatório descritivo levou a compreensão e a reflexão sobre a importância do papel social do jornalista e da relevância da informação baseada em evidências, considerando as bases técnicas e éticas que fundamentam a profissão.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. [VIEIRA, Anderson.] **Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado**. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>> . Acesso 13 Mar. 2024.

AGÊNCIA TATU. [MAIA, Lucas] **Nordeste sem Fake**. 2022. Disponível em: <<https://agenciatatu.substack.com>>. Acesso 13 Mar. 2024.

BAUDRILLARD, Jean. “Televisão/Revolução: O Caso Romênia”. In: PARENTE, A. (Org.). **Imagemáquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro, 1993.

BISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur. "DESINFORMAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE “FAKE NEWS”: DISTINÇÕES, DIAGNÓSTICO E REAÇÃO" *XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB)* (2018): n. pág. Web. 11 Dez. 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/51397/2/P%3%b3s-verdade%20e%20fontes%20de%20informa%3%a7%3%a3o%3a%20um%20estudo%20sobre%20fake%20news>>. Acesso em 13 Mar. 2024.

JORGE, Thaís (org). **Desinformação o mal do século: distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada**. -- Brasília: Supremo Tribunal Federal: Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/campanha/anexo/combate/ebook_desinformacao_o_mal_do_seculo.pdf>. Acesso 13 Mar. 2023.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PAULA, Lorena, Tavares de; SILVA, Thiago dos Reis Soares da; BLANCO, Yuri Augusto. **Pós-verdade E Fontes De Informação: Um Estudo Sobre Fake News**. 2018.

SORJ, Bernardo. NOUJAIM, Alice. **Corações e mentes: pensando de forma autônoma fora e dentro da internet**. 2021. Disponível em: <https://www.coracoesementes.org.br/download/Coracoes_e_Mentes_completo.pdf> Acesso em: 30 dez. 2023.

WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. "Facebook–Cambridge Analytica data scandal." *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. Wikipedia, The Free Encyclopedia, 12 Mar. 2024. Disponível em:<https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Special:CiteThisPage&page=Facebook%E2%80%93Cambridge_Analytica_data_scandal&id=1213316094&wpFormIdentifier=titleform>. Acesso: 13 Mar. 2024.

ZATTAR, Marianna. **Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação**. Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 285-293, nov. 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4075>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

APÊNDICES

Retirados de <https://agenciatatu.substack.com/>

Apêndice 1

Data: 22/08/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 1

Tema: Desinformação na América Latina

Nordeste Sem Fake

E temos novidades! A partir de hoje, a Newsletter da Tatu vai contar com a coluna Nordeste Sem Fake, um espaço onde compartilharemos dicas e orientações sobre como evitar desinformação online, além de uma curadoria das principais checagens de fatos que envolvem o Nordeste.

Desinformação na América Latina

O diretor de tecnologia da Agência Tatu, Lucas Maia, participou de um webinar organizado pela Escola de Comunicação da FGV Rio com o tema “Ameaça à democracia e disputa eleitoral na América Latina”. Além do representante da Tatu, fizeram parte da conversa o jornalista Martín Slipczuk, do Chequeado, primeira agência de checagem de fatos da América Latina, que fica na Argentina, e também do sociólogo Luis Hernán Vargas, diretor executivo do Espacio Público, do Chile.



Assistir ao bate-papo internacional é uma excelente oportunidade para compreender a dinâmica de como a desinformação e o ataque às democracias circulam em diferentes países do nosso continente. O vídeo completo está disponível no canal da FGV no YouTube.

Golpe do site de leilão falso

Nem sempre a desinformação no ambiente digital se restringe a ataques políticos ou sociais. Golpistas têm utilizado diversas técnicas para enganar as pessoas e conseguir dinheiro de modo criminoso na internet.

Um desses casos ganhou repercussão em Alagoas na última semana. Um site falso anunciava veículos em um leilão supostamente organizado pelo Detran do estado, no entanto o órgão sequer está realizando qualquer pregão no momento.

O diretor do órgão alertou para que as pessoas que desejam comprar produtos em leilões públicos busquem o edital dos certames nos sites oficiais. É importante lembrar que todos os sites governamentais do Brasil terminam com o endereço .gov.br.

A Agência Tatu já deu dicas sobre como não cair em ataques de phishing, um tipo de golpe online muito semelhante ao dos sites falsos. Acesse os webstories e entenda mais.

Desinformação sobre redução de empregos na Petrobrás

Uma reportagem do Estadão tem sido tirada de contexto para afirmar que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teria mandado a Petrobras reduzir em 76% os empregos no Nordeste, justificando os cortes como sendo parte de um “plano estratégico” da estatal. A agência de checagem Estadão Verifica desmentiu a informação.

Na realidade, a matéria publicada pelo jornal, no dia 03 de agosto, trata de um levantamento do DIEESE em parceria com a Federação Única dos Petroleiros, que identificou que a região Nordeste teve 76% de redução no número de empregos na estatal entre os anos de 2013 e 2022.

Ainda de acordo com o levantamento, os cortes se devem às privatizações ocorridas no setor. Durante o período analisado, a Petrobras vendeu 96 ativos, sendo que 68 deles foram privatizados durante o governo de Jair Bolsonaro.

Apêndice 2

Data: 29/08/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 2

Tema: 10 pontos para ligar o alerta para a desinformação

Ligando o alerta para a desinformação

A pedido da coluna, o repórter Thiago Aquino, que atua com checagem de fatos na Agência Tatu, listou 10 pontos para ligar o alerta para a desinformação e evitar ser vítima de mensagens falsas que se espalham por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens.

Confira:

1. Mensagem acompanhada de alerta do WhatsApp "encaminhada com frequência"

Essa informação é um alerta de que a mensagem já foi compartilhada várias vezes. Isso pode ser um indicador de que a mensagem é falsa, pois os propagadores de desinformação costumam compartilhar a mesma mensagem repetidamente para aumentar o seu alcance.

2. Alarmista com apelo para que seja compartilhada

Mensagens falsas costumam ser alarmistas e apelam para que sejam compartilhadas. Elas podem usar frases como "Urgente!", "Atenção!", "Compartilhe!", "É uma vergonha!", "É um absurdo!", etc. Esse tipo de conteúdo é feito para despertar a

curiosidade e a emoção das pessoas, e levá-las a compartilhar a mensagem sem questionar a sua veracidade.

3. Não especifica o local exato do fato, sendo facilmente compartilhada em qualquer cidade e estado

Muitas mensagens falsas podem ser vagas e não apresentar informações específicas. Por exemplo, elas podem dizer que "um homem foi preso por roubar um banco", mas não informar o nome do homem, o local do crime ou o valor roubado. Isso pode ser um indicador de que a mensagem é falsa, pois os propagadores de desinformação costumam compartilhar mensagens vagas para que possam ser aplicadas a qualquer lugar.

4. Não apresenta a fonte dos dados e informações

Quando uma mensagem não informa a fonte dos dados divulgados pode ser um indicador de que a mensagem é falsa. Sem conhecer a fonte é mais difícil checar sua veracidade.

5. Descontextualização de um caso verídico

A descontextualização de um caso verídico é quando um fato real é apresentado de forma distorcida ou exagerada. Isso pode ser feito para causar pânico ou medo nas pessoas.

6. Uso de imagem que não tem relação com o que está sendo dito

A utilização de imagens que não têm relação com o que está sendo dito é uma forma de enganar as pessoas. As pessoas podem acreditar que a imagem é real, quando na verdade ela foi manipulada ou retirada de um contexto diferente. Elas também podem usar imagens inapropriadas, como fotos de violência ou morte. Isso é feito para chocar as pessoas e levá-las a compartilhar a mensagem.

7. Manipulação de vídeo ou áudio, ocultando a íntegra de uma fala ou texto

É comum que vídeos com desinformação ocultem a íntegra de uma fala. Por exemplo, uma entrevista pode ser editada para fazer parecer que alguém disse algo que nunca disse, usando pequenos recortes ou colando palavras de diferentes trechos. É sempre importante buscar o vídeo original antes de repassar os recortes.

8. Assuntos sensíveis

Normalmente, mensagens falsas costumam abordar assuntos sensíveis, como política, religião, saúde, emprego ou uma discussão polêmica que esteja nos noticiários. Esses

assuntos são mais propensos a gerar emoções fortes e a serem compartilhados. Ainda que a informação principal não tenha necessariamente relação com o tema em debate público.

9. Tentativas de golpes com links e utilização de marcas de programas sociais

Muitos golpistas simulam links oficiais ou marcas de programas sociais para gerar confiança nas pessoas. É importante buscar informações sobre programas sociais nos sites dos órgãos públicos e evitar acessar links suspeitos.

10. Afirmações e ideias alimentadas pelo senso comum

Mensagens falsas costumam ser baseadas em afirmações e ideias que são alimentadas pelo senso comum e podem ser mais facilmente aceitas. Por exemplo, uma mensagem falsa pode afirmar que "o governo está roubando o povo". Essa afirmação é baseada em uma crença popular, mas não é necessariamente verdadeira.

O repórter Thiago Aquino lembra que os propagadores de informações falsas contam com pessoas comuns para fazer a desinformação se espalhar e que é sempre importante verificar a veracidade de mensagens antes de compartilhá-las. “É muito importante que o leitor sempre desconfie de uma informação que recebe nos aplicativos de mensagens e até em perfis de redes sociais. É o primeiro passo para não se tornar mais um responsável por propagar uma desinformação. Geralmente uma simples pesquisa na internet já é suficiente para saber que um texto ou imagem é falsa”, orienta.

Desinformação sobre apagão no Brasil e energia da Venezuela

Na semana passada, perfis no Twitter relacionaram o apagão elétrico ocorrido no país em 15 de agosto com a assinatura de um decreto que permite importação de energia de países vizinhos, como a Venezuela.

Na realidade a única causa identificada para o apagão, até o momento, foi uma falha em uma linha de transmissão que liga as cidades de Quixadá e Fortaleza, no Ceará.

Já a compra de energia de países vizinhos ainda é estudada pelas instituições do setor elétrico brasileiro e ainda não está em operação, nem há previsão para início. Além disso, a importação de energia da Venezuela seria destinada a atender o estado de Roraima, que não faz parte do Sistema Interligado Nacional e, por isso mesmo, não foi atingido pelo apagão.

A checagem foi feita pelo Comprova, projeto de checagem de fatos que reúne 41 veículos jornalísticos e é liderado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

Apêndice 3

Data: 05/09/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 3

Tema: judiciário e FPM

Poder judiciário e combate à desinformação

O Supremo Tribunal Federal (STF) está se preparando para sediar o seminário "Combate à Desinformação e Defesa da Democracia", que acontecerá nos dias 14 e 15 de setembro. O evento terá como palco a Sala de Sessões da Primeira Turma do STF, em Brasília, e será transmitido ao vivo pelo YouTube.

As inscrições estão abertas até o dia 8 de setembro, e o formulário de inscrição pode ser encontrado no site oficial do evento.

Sete painéis de discussão irão abordar temas relacionados ao combate à desinformação, incluindo o papel do sistema de justiça, a importância da educação midiática e as últimas pesquisas acadêmicas sobre o tema. O evento também deve destacar a importância do trabalho das agências de checagem de fatos no combate às informações falsas.

Além da participação de ministros do STF e professores universitários, o evento contará com a presença de duas jornalistas que são referência no combate à desinformação: Natália Leal, diretora-executiva da agência de checagem de fatos Lupa, e Tai Nalon, co-fundadora da agência Aos Fatos.

Desinformação sobre Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Nos últimos dias, diversas informações falsas a respeito da redução dos repasses ao FPM estão inundando as redes sociais.

Um dos vídeos que estão sendo compartilhados mostra uma idosa supostamente cobrando mais repasses para a cidade de Serra Talhada, em Pernambuco. No trecho recortado para o vídeo enganoso a idosa diz: "Lula, você tirou o cavalo e o jumento e deixou o homem no carro e na moto. E não pode mais rodar. Não pode comprar gasolina, Lula. Ou vende ou a ferrugem vai comer. Lula, Pernambuco, Serra Talhada está pedindo socorro a você"



Este trecho, na verdade, é de um comício de 2022, onde Lula ainda era candidato à Presidência da República. No entanto, o vídeo está sendo compartilhado de forma descontextualizada, sugerindo erroneamente que uma idosa teria questionado o presidente sobre escassez de recursos por conta da redução dos repasses ao Fundo de Participação dos Municípios.

Na realidade, a idosa estava apoiando Lula da Silva durante sua última campanha presidencial. A checagem foi feita pelo UOL Confere.

Ainda sobre o FPM

O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência obrigatória da União para os municípios brasileiros, composta por 22,5% da arrecadação líquida do IR e do IPI. Os repasses são feitos a cada dez dias com base na arrecadação anterior e são transferidos ao Banco do Brasil para distribuição às contas correntes dos municípios seguindo determinados critérios legais.

O cálculo é complexo e existem diversos aspectos legais que devem ser considerados, mas as evidências mostram que os repasses caíram nos últimos meses devido a uma redução na arrecadação tanto do IPI quanto do IR. O Aos Fatos fez uma excelente apuração jornalística mostrando todos os detalhes sobre o FPM, os motivos da queda na arrecadação e como os gestores públicos estão lidando com isso.

Apêndice 4

Data: 13/09/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 4

Tema: Ministério da justiça, tragédias e fake news

Ministério da justiça, tragédias e fake news

Aqui na Agência Tatu evitamos usar o termo fake news. Para nós, uma notícia, por definição, não pode ser falsa. Notícia é um produto jornalístico que parte da apuração dos fatos por profissionais da imprensa: informação falsa não é notícia. Por esse motivo, por aqui você sempre vai nos ver falando em desinformação, que entendemos ser a palavra mais adequada para definir esse fenômeno.

E nesta segunda-feira(11), informações falsas sobre as enchentes causadas pela chuva no Rio Grande do Sul inundaram as redes sociais. O alvo foi o Governo Federal: ao menos dois vídeos viralizaram com a informação de que a entrega de donativos aos atingidos estaria paralisada, aguardando a chegada do presidente da república para que ele pudesse fazer imagens encenando a entrega das doações às pessoas atingidas.

A Agência Lupa checkou os vídeos e os classificou como falsos após entrar em contato com as prefeituras e falar com a autora de um dos vídeos, que acabou se retratando pela desinformação.

Ministros do Governo Federal se manifestaram sobre o caso nas redes sociais e alertaram para o que consideram fake news. O ministro-chefe da Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, gravou um vídeo informando que a Polícia Federal e a Advocacia-Geral da União foram acionadas para investigar a criação e distribuição dos vídeos.

Já Flávio Dino, Ministro da Justiça, acabou gerando polêmica ao classificar a propagação de fake news como crime em uma postagem no Twitter(ou X), que inseriu uma nota dando contexto à publicação do ministro.

A reportagem do G1, contida na própria nota, explica o caso. Em entrevista ao site, o advogado Francisco Brito Cruz, diretor do InternetLab, explica que embora não exista legislação específica, outros tipos penais podem ser aplicados para punir quem compartilha desinformação.

“Criar e compartilhar fake news, desinformação, não é um crime em si no Brasil. Se você postar uma mentira na internet, você não está cometendo um crime naquele momento, mas, dependendo da mentira, do dano que ela causa, do contexto, ele pode ser enquadrado em outros crimes”, alertou.

Derrubada de estátua de Lula em Garanhuns

Nesta terça-feira (12) o Uol Confere checkou uma mensagem que dizia que o prefeito da cidade de Garanhuns, em Pernambuco, teria mandado derrubar uma estátua de Lula da Silva, que existiria na cidade onde nasceu o Presidente da República.

A prefeitura da cidade desmentiu o boato. O fato é que o monumento não só não foi derrubado, como também nunca existiu. A reportagem do Uol mostra que a mensagem falsa circula nas redes sociais desde 2015.

Apêndice 5

Data: 19/09/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 5

Tema: Julgamento 8 de janeiro

Combate à desinformação

Duas edições atrás falamos sobre o seminário Combate à Desinformação e Defesa da Democracia, organizado pelo Supremo Tribunal Federal. Na última quinta-feira (14), o Ministro Alexandre de Moraes abriu o evento lembrando dos atos golpistas de 8 de janeiro e do julgamento dos primeiros réus do caso, que teve início na quarta-feira (13), um dia antes da abertura do seminário.

“Tudo foi organizado a partir das redes, com uma série de mensagens fraudulentas e mentirosas, que se iniciaram lá atrás, em relação à inexistentes e absurdas alegações de fraudes nas urnas. Nós vivemos, aqui no Brasil, talvez o que nenhum outro país viveu. Sentimos na pele a questão da desinformação”, disse.

Na sexta-feira(15), segundo e último dia do evento, o Ministro Cristiano Zanin defendeu que o direito à liberdade de expressão não é absoluto e destacou o papel do jornalismo para a defesa da democracia.

“O que temos visto é uma avalanche de postagem nas redes sociais, sem a menor preocupação com a verdade e, em muitos casos, com a clara intenção de apresentar um fato distorcido para propositadamente manipular a informação, aniquilar reputações que podem prejudicar a imagem de uma pessoa, de uma instituição pública ou de uma empresa. Nesse contexto, entra a importância da atuação das agências de checagem”, afirmou.

Veja o vídeo compilado pelo G1 com as falas do Ministro Zanin.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/15/em-evento-no-stf-zanin-afirma-que-liberdade-de-expressao-nao-e-absoluta-e-que-jornalismo-e-fundamental-para-defesa-da-democracia.ghtml>

Postagem distorce vídeo de 2021 para que pareça recente

Um vídeo onde mulheres alegam estar enfrentando dificuldades para prover sustento às suas famílias tem sido compartilhado nas redes sociais, erroneamente sugerindo que se tratam de pessoas que perderam o acesso ao programa Bolsa Família durante o governo Lula da Silva (PT).

Na verdade, o vídeo documenta uma iniciativa promovida pela organização não governamental Amigos do Bem. Essa ação consistiu na distribuição de cestas básicas e brinquedos para famílias residentes no sertão dos estados nordestinos durante o auge da pandemia de Covid-19. A checagem foi feita pela Agência Aos Fatos.

Na versão original do vídeo, compartilhada em 9 de abril de 2021, a presidente da ONG, Alcione Albanesi, fornece informações detalhadas sobre a ação e exhibe voluntários entregando provisões às famílias necessitadas.

Voltaram a circular mensagens falsas sobre a distribuição de Leite Nan em hospitais universitários

Escrita em estilo “utilidade pública”, a mensagem inicia com um apelo para quem precisa de leite Nan Soy, que é indicado para crianças com alergia à proteína de vaca. O texto afirma que o Hospital Universitário teria várias latas da fórmula nutricional disponíveis para doação, porque o produto estaria prestes a se vencer.

Os hospitais universitários (HUs) não estão distribuindo o leite Nan Soy. São várias unidades hospitalares em todas as regiões do Brasil e, por isso, a mensagem se espalha tão facilmente.

A Agência Tatu já checkou essas mensagens junto ao Ministério da Saúde, diversas secretarias da saúde e hospitais universitários. A informação falsa viraliza facilmente porque a fórmula infantil tem alto custo e, dessa forma, não é acessível para famílias de baixa renda. Mostramos que o produto também não está na lista do SUS e a judicialização costuma ser a única alternativa para muitos pais que tentam garantir acesso à fórmula láctea.

Apêndice 6

Data: 26/09/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 6

Tema: Pânico Moral

Pânico Moral

Em 1972, o sociólogo Stanley Cohen introduziu o conceito de "pânico moral" em seu estudo intitulado "Demônios Folclóricos e Pânicos Morais". O pânico moral, de acordo com Cohen, é a propagação de um temor, por vezes amplificado, que toma conta de um amplo segmento da população, alegando a existência de uma ameaça ao bem-estar da sociedade.

Cohen explica o pânico moral como a situação em que uma "condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emergem e são posteriormente definidos como uma ameaça aos valores e interesses sociais". Nesse cenário, aqueles que instigam o pânico, ao temerem uma ameaça aos valores sociais e culturais predominantes, são conhecidos como "empreendedores morais", enquanto as pessoas que supostamente representam essa ameaça à ordem social são rotuladas como "demônios folclóricos".

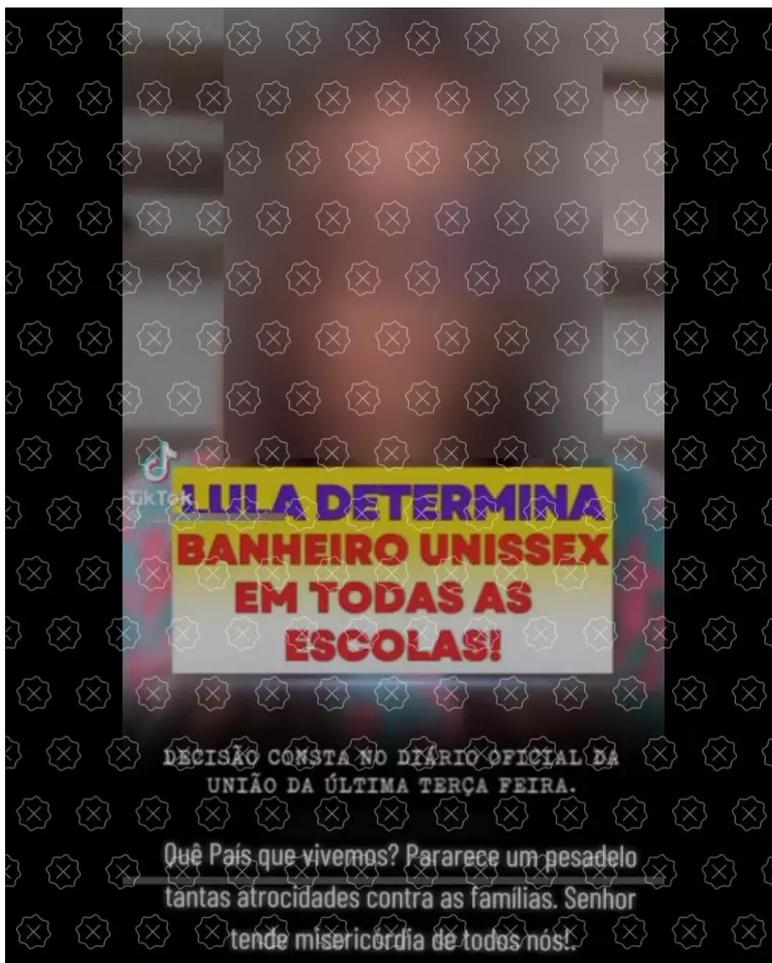
Pânico moral no Brasil

Um artigo publicado na Revista Eletrônica de Jornalismo Científico da Unicamp conta que os estudos sobre a construção do pânico moral no Brasil concentram-se, sobretudo, nas questões relacionadas à sexualidade e ao estudo de gênero.

“Não por acaso, as falsas notícias, frequentemente disseminadas por agentes conservadores, acionam discussões sobre casamento gay, aborto ou estudo de gênero nas escolas. Esses importantes debates perdem, na construção das fake news e do pânico moral, sua dimensão histórica, pois relatam episódios da maneira mais simplificada e maniqueísta possível, impossibilitando qualquer diálogo com perspectivas concorrentes. Além desse muro levantado contra discussões progressistas, os boatos e as fake news criam a sensação de que “algo deveria ser feito” a respeito de indivíduos ou comportamentos desviantes. Segundo Cohen, essa mobilização fortalece o aparato de controle social, ou seja, cria hostilidade na esfera pública e privada a determinado estilo de vida”, explica o artigo.

Desinformação sobre supostos banheiros unissex

Na última sexta-feira (22), o deputado Nikolas Ferreira (PL) usou uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ para afirmar, falsamente, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teria decretado a adoção de banheiros unissex nas escolas do país. Além do discurso de Nikolas e de outros parlamentares, a mensagem se espalhou em postagens com milhares de compartilhamentos nas redes sociais.



A agência Aos Fatos checou a história e verificou que o Governo Federal não determinou a criação de banheiros unissex em escolas por meio da resolução nº 2 do Conselho. O documento tem caráter consultivo e não tem força de lei.

O documento, na verdade, orienta que instituições de ensino devem respeitar o uso do nome social, realizar campanhas de conscientização sobre os direitos das pessoas trans e permitir o uso do uniforme e de banheiros segregados de acordo com a identidade de gênero do aluno.

O conselho também recomenda que, quando possível, escolas instalem banheiros de uso individual, independente do gênero, além dos masculinos e femininos já existentes.

O assunto se transformou em uma disputa entre aliados de Bolsonaro e Lula. O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, acionou a Advocacia-Geral da União (AGU) contra parlamentares que divulgaram a desinformação.

Em outubro do ano passado, a Agência Tatu fez a checagem de mensagens que afirmavam que uma lei do estado do Maranhão estaria permitindo o acesso de homens a banheiros femininos. O caso ocorreu quando o governo do estado sancionou uma lei proibindo discriminação de orientação sexual e de identidade de gênero em espaços públicos e privados. A lei contra a homofobia do Maranhão sequer mencionava o uso de banheiros.

Comerciantes do Nordeste não estão jogando mercadorias fora por falta de compradores

Na última semana, circulou um vídeo em que um homem afirma que comerciantes no Nordeste estariam descartando mercadorias devido a uma suposta crise econômica na região. O vídeo inclui legendas que dizem "Nordeste pede socorro" e "crise econômica no Nordeste".

No entanto, uma checagem do Estadão Verifica concluiu que o vídeo está descontextualizado. Ele não é recente, não é do Nordeste e, além disso, teve seu áudio manipulado. As imagens foram gravadas em fevereiro de 2020 na Companhia de Entrepósitos de Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), quando comerciantes descartaram alimentos danificados por uma inundação na área. O vídeo original foi compartilhado pelo programa Globo Rural.

Apêndice 7

Data: 03/10/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 7

Tema: Desinformação no Twitter

Twitter (ou X) é a plataforma com o maior volume de desinformação

Na última semana, a União Europeia (UE) advertiu a plataforma de mídia social X, antes conhecida como Twitter, sobre responsabilidades estabelecidas pelas recentes leis europeias de combate à desinformação. Uma análise encomendada pelo bloco revelou que a plataforma do magnata Elon Musk possui a maior proporção de conteúdos falsos de toda a UE.

A empresa optou por não aderir ao código de conduta da UE contra a desinformação, diferentemente de seus principais concorrentes, como Google, Meta, TikTok e Microsoft. Embora Musk tenha retirado a rede social do acordo europeu, a plataforma ainda está legalmente obrigada a seguir as regulamentações, ficando sujeita ao risco de ser proibida na Europa.

Na contramão do mundo

A empresa de Musk não reagiu bem ao alerta europeu e tornou ainda mais fácil que disseminadores de desinformação atuem na plataforma. De acordo com pesquisadores, desde a última quarta-feira não é mais possível relatar desinformação política ou eleitoral para postagens da plataforma. Na mesma data, o bilionário anunciou a

demissão de metade da equipe que trabalhava com combate a informações falsas e discurso de ódio na plataforma.

Ao contrário do que diz vídeo, centro de comércio popular em Pernambuco não faliu



Em um post no TikTok, um homem reage a um vídeo que alega que um centro comercial na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, teria falido devido ao governo Lula (PT), comparando a situação com a gestão de Jair Bolsonaro (PL).

O vídeo relaciona essa suposta falência ao número de votos que Lula recebeu no Nordeste na última eleição. No vídeo, o autor afirma que o maior mercado de moda popular do Nordeste estaria em falência, mostrando lojas vazias e placas de aluguel, sugerindo uma situação economicamente ruim.

Uma verificação de fatos realizada pelo Projeto Comprova revelou que o centro comercial faz parte do complexo Santa Cruz Mart Moda Hotéis. A equipe entrou em contato com Walter Botelho, um dos diretores administrativos do empreendimento, que afirmou que o centro comercial não está em situação de falência ou fechamento.

Ele explicou que o local opera regularmente durante os dias úteis, embora haja variações na movimentação, com alguns dias sendo mais movimentados do que outros. O vídeo foi gravado em um dia que não correspondia aos dias de feira, o que explica a menor movimentação no momento da filmagem.

Apêndice 8

Data: 24/10/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 8

Tema: Assimetria de rigor jornalístico no front

Assimetria de rigor jornalístico no front

Em artigo publicado ontem pelo Nexo Jornal, a jornalista Isabela Cruz mostrou diversas técnicas de checagem e ferramentas de verificação de fatos que podem ser utilizadas para analisar todos os fatos com versões em disputa durante o conflito que ocorre na região de Israel e Palestina.

Embora diversos especialistas acreditem ser possível utilizar técnicas já conhecidas para apurar as histórias e ter mais confiança antes de publicar matérias sobre a guerra, muitas vezes isso não é feito durante o conflito que acontece no Oriente Médio.



No episódio do dia 13 do podcast The Take, da rede Al Jazeera, profissionais de diferentes meios de comunicação argumentaram que a cobertura dos principais jornais muitas vezes diverge dos princípios do jornalismo, sendo assimétricos em relação ao rigor utilizado para verificar as informações vindas de cada lado do conflito.

Segundo eles, essa cobertura problemática inclui a apresentação de fatos sem o devido contexto e até mesmo erros na verificação da veracidade das informações recebidas pelo Estado de Israel.

“Quando se trata de falar sobre o que se passa em Gaza, todos nós estamos permanentemente conscientes de que temos de citar as fontes mais reconhecidas e respeitadas internacionalmente (...), ao passo que, quando se trata da narrativa israelense, pode ser uma informação muito pouco confiável, mas ela terá uma cobertura de página inteira na grande mídia”, disse a jornalista britânica Ash Sarkar, que é editora da Novara Media.

Checamos: cidade nordestina não autorizou distribuição de carne de cachorro em creches



Circulou nas redes sociais um vídeo alegando que vereadores da cidade de Apodi, no Rio Grande do Norte, teriam autorizado a distribuição de carne de cachorro em creches e escolas. No entanto, essa afirmação é falsa e deturpa um projeto de lei que acabou sendo vetado pelo prefeito após a disseminação da desinformação.

O vídeo afirmava que a Câmara Municipal de Apodi teria aprovado um projeto de lei permitindo o abate de cachorros de rua para distribuir sua carne em creches e escolas.

Na realidade, o projeto proposto pelo vereador Charton Rêgo (PSD) tinha o objetivo de estabelecer normas para a presença de animais "brutos" no perímetro urbano. Ele listava cinco tipos de animais e propunha a apreensão de animais soltos nas vias públicas.

O projeto incluía um trecho sobre o abate de animais, mas isso se aplicava apenas a animais campestres, como bois, porcos e carneiros, e a carne seria destinada a creches e escolas municipais.

Apêndice 9

Data: 31/10/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 9

Tema: Parceria no combate à desinformação e xenofobia

Parceria no combate à desinformação

É com muito entusiasmo que anunciamos o início de uma parceria que vai ajudar a combater a desinformação e o discurso de ódio no Nordeste de maneira ainda mais eficaz.

A partir desta semana, a Agência Tatu passa a contar com o apoio do Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA (Universidade Federal da Bahia) para monitorar mensagens que possam conter informações falsas em plataformas como Telegram e WhatsApp. O laboratório, liderado pelo pesquisador Leonardo Nascimento, realiza um monitoramento automatizado em grupos públicos dessas redes e vai fornecer relatórios periódicos que irão nos ajudar a entender quais mensagens falsas sobre a região têm ganhado força e estão circulando nas plataformas.

Nossa missão é clara: garantir que a região Nordeste tenha acesso a informação confiável. Os pesquisadores da UFBA monitoram de perto o conteúdo potencialmente enganoso disseminado em aplicativos de mensagens, enquanto a Agência Tatu conduz checagens de fatos rigorosas para verificar a veracidade das informações suspeitas, com um foco especial em conteúdo relacionado à região Nordeste, que é posteriormente publicado na editoria Nordeste Sem Fake.

Estamos empolgados com o potencial desta parceria e convidamos você a saber mais sobre o trabalho do LABHD (Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA) visitando o site oficial em <https://www.labhd.ufba.br> e seguindo a página no Instagram em [instagram.com/labhdufba](https://www.instagram.com/labhdufba).

Falsas alegações sobre integrantes do Hamas desembarcando no Ceará desencadeiam alarme infundado



Nos últimos dias, uma série de publicações nas redes sociais alegaram que membros do grupo Hamas teriam desembarcado no Brasil após ancorar um navio na cidade de Crateús, no Ceará. No entanto, uma análise cuidadosa desmente essas alegações infundadas e aponta para a disseminação de desinformação e xenofobia.

Primeiramente, é importante destacar que Crateús não é uma cidade costeira, o que torna impossível a ancoragem de um navio nessa região. Além disso, o Ministério da Justiça enfatizou que não houve migração de palestinos para o país desde o início do recente conflito no Oriente Médio.

As imagens que circularam nas redes sociais foram publicadas por sites regionais que afirmam que os homens em questão são turistas com familiares na cidade e seriam originários da Índia, não do Oriente Médio.

A checagem foi feita pela agência Aos Fatos, que confirmou que brasileiros e palestinos que se encontram na Faixa de Gaza e deveriam ser repatriados ao Brasil ainda não conseguiram sair da região, devido a dificuldades para chegar ao Egito, de onde serão resgatados pelo governo.

Alegações como esta não apenas espalham desinformação, mas também promovem preconceito e estigmatização. As publicações enganosas acumularam milhares de curtidas em plataformas como Instagram, Kwai e TikTok, o que destaca a importância da verificação de informações antes de compartilhar conteúdo nas redes sociais.

Apêndice 10

Data: 07/11/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 10

Tema: LupaMundi e transposição do São Francisco

Mapa Mundi da desinformação

Ontem (6), a Agência Lupa, uma organização de fact-checking que se dedica ao combate à desinformação, lançou o "LupaMundi - Mapa das Legislações sobre Desinformação", um mapa interativo que reúne as leis nacionais e supranacionais criadas em cada país e blocos de regiões para combater a desinformação.

O mapa categoriza as leis em cinco níveis, indicando se um país possui leis específicas sobre desinformação, leis gerais, ou nenhuma legislação. Além disso, permite a pesquisa por temas relacionados, como "crimes cibernéticos" ou "moderação de conteúdo", fornecendo uma referência valiosa para pesquisadores, acadêmicos e jornalistas interessados na legislação sobre desinformação em todo o mundo.

O LupaMundi fornece informações detalhadas sobre como diferentes países abordam a desinformação por meio de suas leis, contribuindo para um melhor entendimento desse problema global. A pesquisa para a criação desse mapa foi realizada ao longo de quatro meses, com a colaboração de diversas organizações jornalísticas e financiamento de fundos internacionais que fomentam o desenvolvimento do jornalismo. O mapa é uma iniciativa importante para acompanhar as leis e regulamentações relacionadas à desinformação em todo o mundo.

Acesse a ferramenta!

Nordeste e Rio São Francisco como alvo de peças de desinformação

Na última semana, o Estadão Verifica listou todas as peças de desinformação sobre o Rio São Francisco e sua transposição que já foram verificadas pelo veículo este ano. Este é um tema que permanece no discurso de propagadores de informações falsas, mas não é novo.



A Agência Tatu já fez duas checagens sobre o tema. Em janeiro, mostramos que Lula não fechou comportas da Transposição do São Francisco e em agosto do ano passado explicamos que Bolsonaro não acabou com a seca no Nordeste.

Além da desinformação, verificamos que existe muita xenofobia e discurso de ódio ao Nordeste acompanhando as informações falsas.

Veja os principais temas relacionados ao Rio São Francisco já checados pelo Estadão apenas em 2023:

Foto de 2017 mostra caminhão jogando terra em canal da Transposição do São Francisco: A imagem não reflete uma situação recente e alegações de fechamento de comportas pelo governo atual são infundadas;

Vídeo engana ao atribuir a governo Lula problema em bomba da Transposição do São Francisco: Não houve falta de água desde janeiro, e o problema na Estação de Bombeamento EBI-3 ocorreu em 2022;

É falso que governo Lula mandou desligar bombeamento de água da Transposição do São Francisco: A água do Projeto de Integração do Rio São Francisco é liberada sob demanda dos estados;

É enganoso vídeo que relaciona protesto em Pernambuco a Lula e à Transposição do São Francisco;

É falso que comportas da Transposição no Ceará estejam fechadas por decisão de Lula;

Vídeo mostra canaleta de drenagem, não canal da Transposição sem água na Paraíba;

É falso que Lula tenha mandado ‘entupir’ barragem para que água da Transposição não chegue em PE;

Canal da Transposição na Paraíba está com vazão reduzida devido a obra em reservatório;

Trecho do Eixo Norte da Transposição do São Francisco não foi fechado pelo governo Lula;

Canal no Ceará está sem água do São Francisco desde novembro: A falta de água em janeiro ocorreu devido à ausência de demanda programada e não ao desligamento deliberado pelo governo federal;

É falso que Lula tenha desligado bomba do São Francisco;

Fluxo de água na Barragem do Jati não foi interrompido por Lula para beneficiar donos de carros-pipa;

Morte de peixes na barragem de Oiticica não foi causada por fechamento de comportas da Transposição;

Vídeos sobre fraudes em GPS de caminhões-pipa são de 2017 e 2019, não atuais;

Vídeo de homem mergulhando em canal no Nordeste foi gravado no governo Lula, não de Bolsonaro.

Apêndice 11

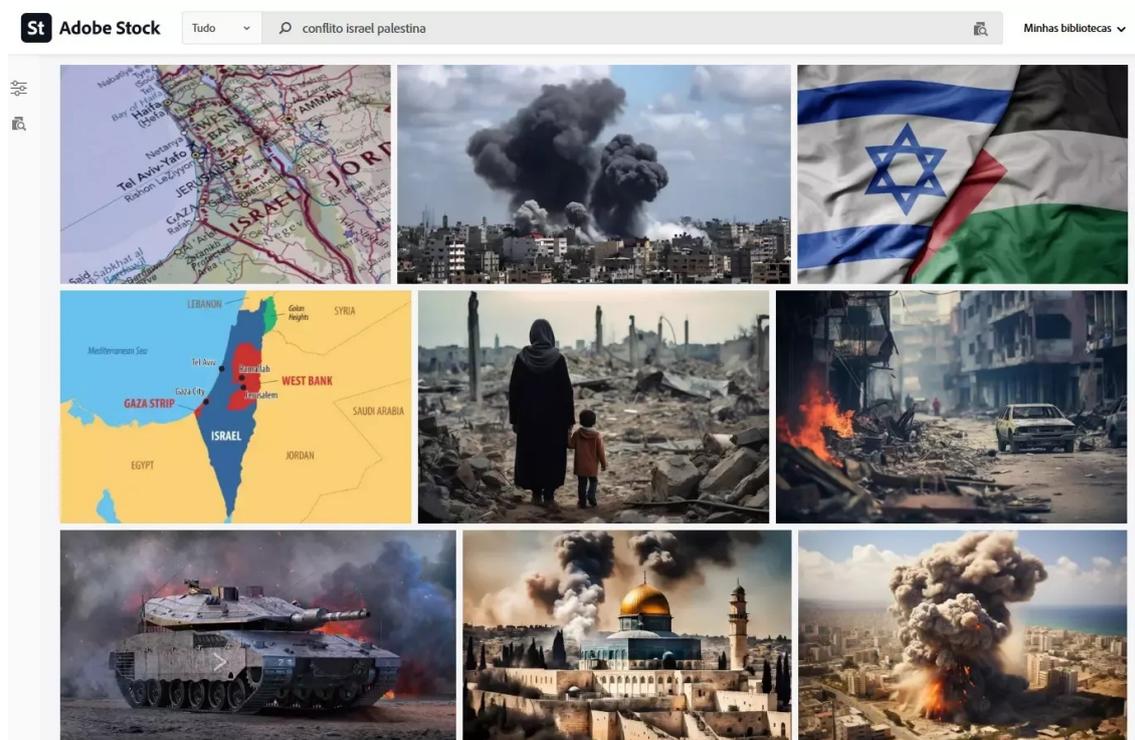
Data: 14/11/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 11

Tema: Inteligência artificial

Imagens geradas por IA têm sido publicadas por sites brasileiros e estrangeiros como se fossem fotografias da guerra no Oriente Médio



Uma tendência de disseminação de informações falsas emergiu nas plataformas digitais durante o conflito entre Israel e o Hamas: a prática de compartilhar imagens criadas por inteligência artificial (IA) como se fossem registros autênticos.

Esses conteúdos retratam cenas de crianças chorando, jovens escapando de tiroteios e até momentos fictícios em que uma bomba destrói o quarto de um bebê. Todas essas imagens, evidentemente, apresentam uma iluminação impecável e um enquadramento digno de produções cinematográficas. Além de serem falsas, essas representações "amenizam" um conflito que já resultou em mais de 12 mil vítimas fatais.

A utilização indiscriminada de fotos produzidas por inteligência artificial pode acarretar uma diminuição da visibilidade das imagens autênticas, além de fornecer uma

justificativa para aqueles que buscam questionar a credibilidade das fotografias genuínas do conflito.

Entenda mais na reportagem do Aos Fatos.

Governo Lula não criou taxa para uso de poços artesianos no Nordeste

Mensagens têm sido compartilhadas no TikTok alegando que o governo federal estaria exigindo uma taxa de R\$200 a R\$300 dos proprietários rurais pelo uso de poços artesianos em propriedades privadas no Nordeste.

Um dos posts menciona que esses poços foram instalados durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em um vídeo, um indivíduo afirma ter feito um investimento privado na construção de um poço no Ceará, mas agora será obrigado a pagar uma taxa para utilizá-lo.

É falsa a afirmação de que o governo do presidente Lula (PT) instituiu uma taxa mensal para que os proprietários rurais usem poços artesianos construídos em suas terras.

A legislação que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos atribui aos estados a responsabilidade de determinar as tarifas pelo uso da água. Não foi encontrada nenhuma decisão recente do Executivo que imponha novas cobranças nesse contexto.

Veja a checagem de fatos realizada pelo projeto Comprova e publicada no portal Metrôpoles

Apêndice 12

Data: 21/11/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 12

Tema: Desinformação eleitoral na Argentina

Desinformação eleitoral na Argentina



Candidatos à presidência da Argentina são alvo de desinformação em manchetes falsas. Sergio Massa teria proposto impostos sobre herança, registro público de cofres e taxa sobre segunda casa. Já Patricia Bullrich teria dito ser necessário confiscar as poupanças. Mas tudo é desinformação.

Javier Milei foi eleito presidente da Argentina no último domingo (19), em uma eleição marcada por polêmicas e também pelo uso político de informações falsas e ataques contra todos os candidatos e contra o próprio sistema eleitoral.

A maior parte das estratégias desinformativas já não são novas e parecem iguais às usadas em todo o mundo, incluindo nas últimas eleições brasileiras. No entanto, uma estratégia que vem sendo utilizada no país vizinho e merece um pouco mais de nossa atenção são as cheapfakes (mentiras baratas): cards nas redes sociais que simulam postagens veículos de comunicação, mas trazem manchetes falsas.

As cheapfakes exigem pouco esforço de edição e costumam se tornar virais rapidamente. O Clarín é um dos veículos que tem tido sua marca utilizada na divulgação de desinformação. “Esse tipo de conteúdo gera muitas complicações para nós, não só porque as pessoas acreditam em mentiras publicadas com a marca Clarín, mas também porque existem políticos e jornalistas que compartilham o material sem checar antes, fazendo com que o conteúdo falso acabe ganhando alguma credibilidade”, afirmou Pablo Blanco, vice-secretário editorial do Clarín.

Leia mais na matéria do Chequeado.

Caminhando em trecho seco de canal no Ceará



A Agência Tatu checkou um vídeo em que o deputado federal André Fernandes (PL/CE) e o deputado estadual Alcides Fernandes (PL/CE), que são pai e filho, caminham em trecho seco de um canal do Cinturão das Águas do Ceará, onde afirmam que o atual Governo Federal “prende” as águas que teriam sido liberadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

O trecho mostrado segue em obras e ainda não foi inaugurado, por isso nunca recebeu água.

Confira a checagem completa no site da Tatu.

Quer acompanhar as checagens produzidas pela Agência Tatu ou fazer sugestões de conteúdos a serem checados? Acesse nosso site agenciatatu.com.br.

Apêndice 13

Data: 28/11/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 13

Tema: Seguro DPVAT

DPVAT voltou a ser cobrado?

Diversos vídeos e mensagens com desinformação sobre o Seguro DPVAT (Seguro Contra Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre) estão circulando tanto em aplicativos de mensagem, quanto em plataformas de vídeo.

Em 2021, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro tomou a decisão de acabar com o pagamento do seguro DPVAT pelos motoristas e encerrar a seguradora por meio de uma medida provisória. A Caixa Econômica Federal assumiu a gestão do seguro e passou a efetuar os pagamentos a partir de um fundo alimentado pelo excedente financeiro que ainda existia.

No entanto, com o término dos pagamentos há quase dois anos, a Caixa informou que o fundo não possui mais recursos suficientes para cobrir indenizações relacionadas a acidentes ocorridos após o dia 14 de novembro. O que significa que aqueles que forem vítimas de acidentes de trânsito não estão mais segurados pelo DPVAT, conforme comunicado pela Caixa Econômica Federal. Agora, apenas sinistros ocorridos entre 1º de janeiro de 2021 e 14 de novembro de 2023 serão considerados para solicitações.

Uma proposta que busca retomar a receita para o seguro foi enviada ao Congresso, mas ainda não foi analisada pelos parlamentares.

"O banco ressalta que o poder executivo submeteu ao Congresso Nacional, em regime de urgência, o Projeto de Lei Complementar nº 233/2023, que trata do novo modelo do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito, com a finalidade de dar continuidade ao pagamento de indenizações às vítimas de trânsito ou seus beneficiários", escreveu a Caixa em nota.

A violência tem aumentado no Nordeste?



Circulam nas redes sociais diversas mensagens afirmando que a violência estaria aumentando em Alagoas e em outros estados da região Nordeste. A Agência Tatu

checou adados dos boletins estatísticos da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023.

Os dados mostram que a história é falsa! Os casos de crimes violentos letais e intencionais, como homicídios e feminicídios, estão diminuindo ao longo dos anos.

Apêndice 14

Data: 05/12/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 14

Tema: Caso Braskem

Caso Braskem: medo, tristeza e muita desinformação

Desde 2018, quando os primeiros tremores de terra sacudiram Maceió, a Agência Tatu tem acompanhado a história de perto, sempre buscando dados e ouvindo especialistas independentes para publicar reportagens com análises qualificadas sobre o afundamento do solo desencadeado pela exploração de sal-gema pela petroquímica e mineradora Braskem.



ESPECIAL: Em ruínas, o drama emocional de 50 mil moradores em Maceió

📅 11 de dezembro de 2020

Ao longo desses anos, a cidade passou a enfrentar não apenas o afundamento do solo, mas também uma enxurrada de desinformação e teorias conspiratórias que tentam encontrar respostas para um drama muito real. O que se agravou na última semana, com o risco de colapso em uma área dentro de um dos bairros atingidos pelo crime ambiental.

Neste contexto é importante destacar a importância de resistir aos boatos e manter o foco na compreensão científica dos eventos. A busca por especialistas e a análise criteriosa dos fatos são fundamentais para tentar compreender a complexidade do caso Braskem. A Agência Tatu reafirma seu compromisso com a divulgação de informações baseadas em evidências diante dessa crise que afeta diretamente a vida dos maceioenses, especialmente os moradores dos cinco bairros atingidos pela ação da mineradora.

É falso! Colapso de mina da Braskem não deve afetar principal avenida de Maceió



Em Maceió, uma das minas subterrâneas desativadas da empresa Braskem está em processo de colapso e há a previsão de que pode afundar a qualquer momento, oferecendo risco para quem estiver no entorno. No entanto, muitas mensagens com informações falsas e imprecisas sobre as áreas de risco se espalharam em toda a cidade.

Tanto o Governo Federal, o Governo de Alagoas e a Prefeitura de Maceió garantem que toda a área que oferece risco imediato já foi desocupada e não há mais qualquer pessoa na região. Um mapa que descreve a área de risco foi atualizado com a participação de diversas instituições e a colaboração de acadêmicos. Entenda melhor os fatos na checagem realizada pela Agência Tatu.

Imagens e textos com conteúdos sensacionalistas, além de desinformar, assustam e causam mais medo, principalmente à população das áreas atingidas e do entorno. Por isso, compartilhe esse conteúdo com quem você conhece!

Apêndice 15

Data: 12/12/2023

Redator: Lucas Maia

Produto: Coluna Nordeste Sem Fake - edição nº 15

Tema: Repositório acadêmico

Repositório acadêmico sobre desinformação

No ano passado, a Agência Lupa lançou o Achado, um repositório acadêmico pioneiro e gratuito que centraliza artigos, teses, dissertações e conteúdo multimídia sobre desinformação. O projeto facilita o acesso ao conhecimento produzido nos últimos anos, promovendo tanto a pesquisa quanto a compreensão do fenômeno.

O objetivo dos idealizadores é tornar o conhecimento científico sobre desinformação mais acessível, atendendo a pesquisadores, professores, estudantes e o público em geral.

A coordenadora de Produto da Lupa, Marcela Duarte, enfatiza que a luta contra a desinformação está diretamente ligada ao fortalecimento da ciência e das ações educacionais. O Achado busca não apenas destacar, mas também aproximar o público de estudos em diversas áreas.

Raphael Kapa, coordenador de Educação da Lupa, observa o crescimento das pesquisas sobre desinformação nos últimos anos e destaca que a sociedade busca compreender e lidar melhor com esse fenômeno.

Vereadora de cidade no Mato Grosso replica desinformação sobre cachorro em merenda escolar no Rio Grande do Norte



A coluna Sonar, do Jornal O Globo, mostra que voltou a circular nas redes sociais a história (falsa) de que cidade do Nordeste havia aprovado abate de cachorro para merenda escolar. A desinformação foi resgatada por uma vereadora da cidade de Jauru, no Mato Grosso, durante um discurso na Câmara na última semana. Em sua fala, Katya Regina (MDB), conhecida como Dra. Katya, divulgou a informação para defender os produtores rurais da região.

O fato é que faz cerca de dois meses que um vídeo circula nas redes sociais alegando que vereadores do município de Apodi, no Rio Grande do Norte, teriam autorizado a distribuição de carne de cachorro em creches e escolas da região. No entanto, esta afirmação é falsa e distorce as informações de um projeto de lei que foi vetado pelo prefeito do município após a confusão gerada pela desinformação.

A Agência Tatu checou todas as informações diretamente com a Prefeitura e a Câmara de Vereadores do município, confira!